



## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DO ANACRONISMO NA HISTÓRIA

### *SOME THOUGHTS ON THE ISSUE OF ANACHRONISM IN HISTORY*

George Zeidan Araújo<sup>1</sup> (IFCE)

**RESUMO:** O objetivo do presente trabalho é tecer algumas reflexões sobre a questão do anacronismo na História. Apresentaremos os apontamentos de alguns autores que trataram do assunto, como Lucien Febvre, Georges Didi-Huberman e Jacques Rancière, cotejando as distintas visões para, posteriormente, analisar criticamente três obras artísticas tidas como “anacrônicas”. Espera-se, assim, avançar na compreensão da categoria anacronismo e suas implicações para a história e o fazer historiográfico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anacronismo. História. Escrita da História. Tempo.

**ABSTRACT:** *The objective of this work is to provide some reflections on the issue of anachronism in History. We will present the notes of some authors who dealt with the subject, such as Lucien Febvre, Georges Didi-Huberman and Jacques Rancière, comparing the different views to, later, critically analyze three artistic works considered “anachronistic”. It is hoped, therefore, to advance the understanding of the anachronism category and its implications for history and historiographical work.*

**KEYWORDS:** *Anachronism. History. History Writing. Time.*

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: geozaraujo@gmail.com

## **Introdução**

O anacronismo em particular e o tempo em geral parecem ter voltado a atrair a atenção de diversos autores, em diferentes áreas. Falar sobre o anacronismo é falar sobre o tempo. Mas apesar de intrínseco à experiência humana, o tempo costuma tornar-se motivo de preocupação generalizada apenas em alguns momentos mais ou menos específicos da história. Muitas vezes, isso ocorre quando determinada sociedade vivencia um evento considerado de grandes proporções ou, mais frequentemente, durante a passagem de um século a outro.

À semelhança do que vivenciamos atualmente, no começo do século XX discutiu-se muito sobre a questão do tempo. O cenário principal das discussões era a Europa, e foram as descobertas na física – particularmente o desenvolvimento, entre 1902 e 1915, da teoria da relatividade restrita e geral de Albert Einstein –, as grandes responsáveis pelo engendramento das reflexões. A teoria da relatividade questionava, entre outras coisas, o entendimento newtoniano do tempo como sendo um valor absoluto, atribuindo-lhe uma natureza relativa (FERRARO, 2007, p. v).

A questão do tempo também despertava interesse no interior das ciências humanas.<sup>2</sup> No começo do século XX, o filósofo fenomenologista Edmund Husserl já investigava sobre a consciência da percepção do tempo, mas a grande repercussão das teorias de Einstein também influenciou os escritos de autores como Martin Heidegger e Georg Simmel (PEREIRA; MATA, 2012, p. 11). No que diz respeito à história, o jornalista e historiador Henry Adams escreveu, em 1904, dois textos: *Uma teoria dinâmica da história* e *Uma lei da aceleração*, onde afirmava que os avanços da ciência e a crescente complexificação das teorias científicas faziam ser observável uma “aceleração estupenda após 1800” (Cf. ADAMS, 2005, pp. 441-465). As ideias de Adams sobre a aceleração seriam retomadas várias décadas mais tarde, em meados da década de 1970. O importante aqui é ressaltar que, tal como hoje, “[...] no início do século XX as concepções sobre o tempo eram viradas ao avesso” (PEREIRA; MATA, 2012, p. 15).

De fato, desde as últimas décadas do século passado é possível notar um ressurgimento desse tipo de reflexão nas mais variadas áreas do conhecimento. Nesse sentido, as muitas dimensões do

---

<sup>2</sup> Ressalte-se que a problemática do tempo igualmente apareceu na literatura e nas artes em geral. O britânico H. G. Wells publicou, em 1895, o célebre *A máquina do tempo* – apontado como um dos primeiros trabalhos de ficção científica a utilizar a ideia de viagem no tempo valendo-se de um dispositivo –, e, em 1901, o conto *O novo acelerador*, onde aparece a temática da aceleração do tempo. Em 1909, o italiano Filippo Marinetti lançou o *Manifesto Futurista*, no qual valorizava a velocidade e as transformações tecnológicas. Poucos anos depois, em 1913, o francês Marcel Proust publicava o clássico *Em busca do tempo perdido*, onde considerações sobre a memória e a essência do tempo ocupavam um papel privilegiado.

tempo – psicológica, narrativa, social, antropológica, teológica, estética, natural etc – tem emergido, cada vez mais, como campos de reflexão importantes para a construção do conhecimento histórico (HUNT, 2008, p. 5). Esse ressurgimento está ligado a um contexto específico de grandes transformações que ocorreram ao longo das últimas décadas.

A queda do Muro de Berlim, a dissolução dos regimes do Leste Europeu, o esfacelamento da União Soviética, o conseqüente fim da Guerra Fria e as agitações que têm marcado os inícios do século XXI acarretaram grandes mudanças na ordem política e econômica mundial. A consciência histórica ocidental, o pensamento histórico e a historiografia não ficaram incólumes a essas transformações e aos rearranjos socioeconômicos e políticos engendrados por elas.

Destarte, gostaríamos de trazer à tona dois pontos importantes. Em primeiro lugar, chamar a atenção para as tendências ou referências que, segundo Georg Iggers, foram sendo gestadas ao longo do século XX e que podem ser identificadas na escrita da história no mundo pós-Guerra Fria. Iggers apontou cinco tendências, que seriam:

- 1) o duradouro giro linguístico e cultural, que criou a assim chamada “nova história cultural”; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita a luz da crítica pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização (IGGERS, 2010, p. 108).

A essas tendências poderíamos acrescentar ainda a revalorização e renovação da história política (a chamada “nova história política”) e, em certa medida, vinculada a essa revalorização, a expansão dos estudos que tratam de “história contemporânea”, cuja imprecisão crônica do conceito denota mais do que uma imprecisão de periodização (PEREIRA, MATA, 2012, pp. 10-11).

Em segundo lugar, cumpre indicar que todas essas tendências historiográficas são contemporâneas de discussões que marcaram profundamente a sociedade ocidental (e, conseqüentemente, a historiografia nessa época): a retomada das teses sobre a aceleração ou retardamento do tempo e/ou da história por autores como Kryzstof Pomian, Norbert Lechner, Hartmut Rosa, Michel Maffesoli, Hans Ulrich Gumbrecht, Paul Virilio e Hermann Lübbe; e como isso afetaria as relações que estabelecemos entre passado, presente e futuro.

### **Uma problemática recorrente na História: a questão do anacronismo**

Começamos por falar sobre as múltiplas discussões sobre o tempo em geral dado que interpretar as fontes e escrever história – as duas atividades por excelência do ofício de historiador – implicam considerar pessoas, eventos, processos, tendências. Implica também em inseri-los em determinada linha temporal e ajustá-los a uma certa “ordem do tempo”. Outrossim, dificilmente algum historiador atual consideraria o tempo como algo simplesmente dado – seja como mera medição da duração dos eventos ou como baliza temporal – ou deixaria de reconhecer a sua importância para a edificação de suas interpretações históricas e para a própria escrita da história.

Muito já se discutiu sobre como (não) agir na realização dessas tarefas, e um dos pontos quase sempre citados diz respeito ao anacronismo. A palavra é derivada do grego clássico *anachronismós* (ἀναχρονισμός) que, por sua vez, é composta pelos vocábulos *ανά* e *χρόνος*, podendo ser traduzida como “contra o tempo”, ou ainda “confusão ou mistura de tempos” (LIDDELL; SCOTT, 1996, p.126). Um anacronismo, portanto, seria uma espécie de “inconsistência cronológica” em alguma descrição ou representação, geralmente causado por uma justaposição de pessoas, eventos, objetos, costumes, linguajares, tecnologias, ideias etc associados a diferentes domínios temporais.

A questão do anacronismo é uma problemática recorrente na História. De uma maneira geral, o anacronismo aparece como uma espécie de falha grave a ser evitada pelos historiadores. Contudo, atualmente, alguns autores defendem que se seja anacrônico na escrita da história, pois essa seria a “única maneira” de poder chegar-se a algum tipo de conhecimento nesse campo.

Algumas questões emergem desses apontamentos. É possível evitar totalmente o anacronismo? Por outro lado, é legítimo ser sempre anacrônico ao se falar de história? Os métodos, procedimentos e considerações da história da arte são sempre aplicáveis ao conjunto do conhecimento histórico ou existem especificidades incontornáveis? Tentaremos expor as opiniões de alguns autores para tentarmos lançar alguma luz sobre essas questões sensíveis e esboçar algumas considerações sobre elas.

### **Lucien Febvre: o anacronismo como o “pecado irremissível” do historiador**

Se bem a preocupação com o anacronismo seja antiga entre aqueles que se dedicaram ao estudo e a escrita da História, talvez a questão tenha ficado realmente famosa através das célebres –

e muitas vezes apenas *parcialmente citadas* – linhas escritas pelo historiador francês Lucien Febvre (1878-1956), membro cofundador da prestigiosa *Revue des Annales*.

É importante notar que a revista e o movimento que se configurou em seu entorno são apontados por vários historiadores como fundadores de novas concepções de História e de tempo histórico. A história feita pelos membros dos *Annales* foi influenciada pelas ciências sociais nascentes que questionavam a própria validade do conhecimento histórico, o qual estava, à época, ancorado ao “tempo naturalizado” do calendário, preso ao evento e à perspectiva da mudança. Por sua vez, as ciências sociais desenvolveram o conceito de “estrutura social”, destacando não a duração “astronômica” e “natural”, mas a duração cultural. Esta seria essencialmente simbólica, podendo ser múltipla, descontínua e não linear. (REIS, 2004).

Em uma de suas obras-primas, *O problema da descrença no século XVI: A religião de Rabelais* (1946), Febvre se dedicou a investigar a vida e o contexto político, social, cultural e psicológico no qual viveu François Rabelais, apontado por alguns como um “livre-pensador” *avant la lettre*. O autor realizou uma espécie de análise psicológica e sócio-histórica de Rabelais e sua época, em uma tentativa de explicitar sua “utilização mental” (*outillage mental*), ou seja, as palavras, conceitos e noções que constituiriam suas “bases de pensamento”. Assim, o livro consiste em entender em que medida o escritor era um homem de seu tempo e o quão estava “para além dele”. A pergunta básica que Febvre desejava responder pode ser entendida como: “era possível a descrença na França do século XVI?”. Ou ainda: “era possível que Rabelais, vivendo nas condições que viveu e submetido às influências daquele contexto, não tivesse fé?”. Portanto, para Febvre, era preciso entender Rabelais como um homem de seu tempo, evitando-se projetar nele as atitudes, pensamentos e posturas que esperamos encontrar em pessoas de outras épocas.

Febvre procurou demonstrar como a religião cristã impregnava todos os aspectos da vida pública e privada na França do século XVI. Ainda que se pudesse imaginar Rabelais como um homem excepcional, faltavam-lhe as ferramentas de pensamento necessárias para que fosse capaz de criar um sistema filosófico no qual existisse a descrença. Sua época e sua “utilização mental” não o permitiam. Em suma, para Febvre, seria preciso evitar “anacronismos”.

Portanto, o problema se precisa e, ao mesmo tempo, se delimita. Não há (para o historiador se entenda) que compreender um homem, um escritor do século XVI, isolado de seus contemporâneos – e, sob o pretexto que tal passagem de sua obra se inscreve no curso de uma de nossas maneiras particulares de sentir, conferir-lhe autoridade sob uma das rubricas que nós usamos hoje para catalogar aqueles que

pensam ou não pensam como nós em matéria de religião. Tratando-se de homens e de ideias do século XVI; tratando-se de formas de querer, sentir, pensar e acreditar “armadas”, como diz Calvino, com as armas do século XVI – o problema consiste em determinar com exatidão a série de precauções a serem observadas para que se evite o pecado dos pecados – o pecado entre todos irremissível: o anacronismo (FEBVRE, 1947, p. 32).

Contudo, essas afirmações de Febvre não deixavam de apresentar vários problemas, como foi apontado por diversos autores. Um deles foi o historiador e crítico de arte francês Georges Didi-Huberman.

### **Georges Didi-Huberman: o anacronismo como condição para a escrita da história**

Em uma passagem de sua obra *Diante do tempo: História da arte e anacronismo das imagens*, Didi-Huberman dedicou-se a mostrar como, em sua visão, as afirmações de Febvre sobre a questão do anacronismo não se sustentavam. Além disso, sublinhava que a posição defendida por Febvre engendrava uma série de embaraços teóricos e metodológicos.

Na verdade, apontou Didi-Huberman, o próprio Marc Bloch (1886-1944), cofundador da *Revue des Annales*, já havia percebido como as afirmações de seu colega levavam a uma espécie de aporia. Em *Apologia da história ou O ofício de historiador* (1949), Bloch escreveu:

Na verdade, conscientemente ou não, é sempre a nossas experiências cotidianas que, para nuançá-las onde se deve, atribuímos matizes novos, em última análise os elementos, que nos servem para reconstituir o passado: os próprios nomes que usamos a fim de caracterizar os estados de alma desaparecidos, as formas sociais evanescidas, que sentido teriam para nós se não houvésemos antes visto homens viverem? Vale mais [cem vezes] substituir essa impregnação instintiva por uma observação voluntária e controlada. [...] Um grande matemático não será menos grande, suponho, por haver atravessado de olhos fechados o mundo onde vive. Mas o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia [Henri Pirenne], o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador. Além de tudo, a educação da sensibilidade histórica nem sempre está sozinha em questão. Ocorre de, em uma linha dada, o conhecimento do presente ser diretamente ou ainda mais importante para a compreensão do passado (BLOCH, 2001, 66-67).

Ao começar a fazer sua crítica das considerações de Febvre sobre o anacronismo na história, Didi-Huberman começou justamente por resgatar os apontamentos feitos por Bloch, no intuito de mostrar como os discursos dele e de Febvre se contradizem.

Tal é, pois, o paradoxo: diz-se que fazer história não é fazer anacronismo; mas também se diz que o lançar-se em direção ao passado não se faz mais que com nossos atos de conhecimento que estão no presente. Reconhece-se assim que fazer história é fazer – ao menos – um anacronismo. Que atitude tomar diante desse paradoxo? Permanecer mudo, ignorando alguns anacronismos mascarados e protestando contra o inimigo teórico que seria o único culpado. É o mais frequente. No outro extremo do espectro, alguns provocadores reivindicaram o anacronismo em nome de uma “história lúdica” ou experimental que tomaria a liberdade de deslocar o calendário em alguns anos ou ainda imaginar uma história da Europa do pós-guerra na qual tivessem sido derrotados os aliados. Pode-se considerar o anacronismo também sob o espectro de objeto da história, buscando os momentos em que se mostrou verdadeiramente como um tabu (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 55).

Assim, Didi-Huberman passa a defender um novo patamar de entendimento da categoria do anacronismo, reivindicando seu valor e utilidade para a história e sua escrita. Para o autor, não se deve buscar definir exatamente durações e ritmos, pois qualquer objeto histórico – entenda-se por isso qualquer manifestação histórica – encerra uma polirritmia histórica, incapaz de ser taxativamente dividida (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 66). Referindo-se (ainda que de maneira um tanto quanto superficial) aos conceitos de longa, média e curta duração desenvolvidos por outro destacado membro dos *Annales*, Fernand Braudel (1902-1985), Didi-Huberman afirmou que em suas tematizações

[...] privilegiou-se uma aproximação separada desses diferentes ritmos, quando o verdadeiro problema consiste em pensar a formação misturada – isto é, seu anacronismo. Não é necessário dizer que há objetos históricos mostrando tal ou qual duração: é necessário compreender que *em cada objeto histórico todos os tempos se encontram*, entram em colisão ou se fundem plasticamente uns nos outros, se bifurcam ou se enredam uns nos outros (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 55).

O autor ainda remete à constituição do enredo, à montagem das histórias que são contadas para afirmar que essas constituições e a cronologia empregada também são anacrônicas, pois seus sentidos são dados *a posteriori* pelo historiador. Assim, conclui Didi-Huberman que o anacronismo seria a “única forma possível de dar conta, no saber histórico, das anacronias da história real” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 56).

### **Jacques Rancière: o anacronismo como conceito poético e solução**

Georges Didi-Huberman não foi o único a apontar problemas nas tematizações de Febvre.

Com efeito, um autor que também teceu críticas substanciais a Febvre foi o filósofo francês Jacques Rancière em *O conceito de anacronismo e a verdade do historiador* (1996).

De acordo com Rancière, as afirmações feitas por Febvre n' *O problema da descrença no século XVI: A religião de Rabelais* aludem a pelo menos três questões entrelaçadas que podem ser expressas da seguinte maneira: a) qual o motivo pelo qual o anacronismo é considerado um pecado irremissível para o historiador?; b) o que faz com que o anacronismo seja esse pecado?; e c) o que possibilita ao historiador dar ao anacronismo esse estatuto de pecado mortal?.

Para Rancière, tais questões inscrevem-se em uma reflexão abrangente sobre a problemática da verdade na história e em como a história resolve seus discursos. Sua hipótese é de que o fazer-se da história enquanto discurso científico suscita um emaranhado de questões filosóficas que não dizem respeito a temas propriamente de “metodologia” ou “epistemologia” da história.

Esse nó concerne às relações do tempo, da palavra e da verdade. Apenas ele nunca é tratado como tal no discurso de historiador. Ele é tratado por procedimentos poéticos de construção da narrativa histórica. Entenda-se “poética” no sentido clássico: como dizendo respeito a uma *tekhné* da construção de intrigas, à disposição de suas partes e ao modo de enunciação apropriado, ou seja, às três funções tradicionais da *inventio*, da *dispositio* e da *elocutio*. A hipótese, portanto, pode ser resumida assim: a história se constitui como ciência resolvendo, por meio de procedimentos literários, questões filosóficas que ela evita colocar-se como tais. E sua aplicação ao nosso problema seria a seguinte: o anacronismo é um conceito *poético* que serve como solução filosófica da questão sobre o estatuto da verdade do discurso historiador (RANCIÈRE, 2011, p. 21).

Seguindo seu raciocínio, o autor defende que existem duas imagens privilegiadas do que chamou de “a identidade do verdadeiro no tempo”: a ordem causal (encadeamento de causa e efeito e a permanência. “A primeira é a ordem causal, que coloca o encadeamento da causa e do efeito no lugar do antes e do depois dos acontecimentos. A segunda é a permanência, o tempo coagulado das épocas, cada uma definida como lei de imanência de seus fenômenos” (RANCIÈRE, 2011, p. 27)

Em seguida, dedica-se a explicar como se dá sua operacionalização na escrita da história. Com respeito à sua operacionalização, Rancière afirma que a primeira delas seria a promoção da submissão do tempo em uma “intriga de encadeamento necessário” através do entrelaçamento de causas e efeitos. A segunda seria a constituição do próprio tempo como “princípio de imanência subsumindo todos os fenômenos numa lei de interioridade”, isto é, fazendo com que o tempo se assemelhe e funcione como um substituto da eternidade (RANCIÈRE, 2011, p. 28).

Assim, a conclusão de Rancière é a de que, na história, o anacronismo não diz respeito apenas a uma “cronologia defeituosa”, mas seria o conceito-chave com o qual a história “afirma sua especificidade e sua cientificidade” (RANCIÈRE, 2011, p. 44) Sendo assim, urgia desconstruir a “acepção vulgar” dessa categoria, pois a própria noção de “anacronismo” é, segundo Rancière, “anti-histórica”, uma vez que não permite que sejam vistas as próprias condições de toda e qualquer historicidade. E a historicidade enquanto multiplicidade de linhas temporais presentes em um tempo específico, prosseguia o autor, seria um dos elementos mais fundamentais do agir histórico e da própria história.

Há história à medida que os homens não se “assemelham” ao seu tempo, à medida que eles agem em ruptura com o “seu” tempo, com a linha de temporalidade que os coloca em seus lugares impondo-lhes fazer do seu tempo este ou aquele “emprego”. Mas essa ruptura mesma só é possível pela possibilidade de conectar essa linha de temporalidade com outras, pela multiplicidade de linhas de temporalidade presentes em “um” tempo. [...] Não existe anacronismo. Mas existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias: acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com “ele mesmo”. Uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do “seu” tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos, desses saltos, dessas conexões que existe um poder de “fazer” a história. A multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos mesmo de tempo incluídos em um “mesmo” tempo é a condição do agir histórico. Levá-lo efetivamente em conta deveria ser o ponto de partida de uma ciência histórica, menos preocupada com sua respeitabilidade “científica” e mais preocupada com o que quer dizer “história” (RANCIÈRE, 2011, pp. 47-49).

Assim, tendo sido expostas as considerações de Lucien Febvre, Didi-Huberman e Jacques Rancière sobre a questão do anacronismo na história, faremos agora rápidas considerações sobre algumas imagens usualmente definidas como “anacrônicas”.

### **Três imagens “anacrônicas”**

Ainda que as considerações de Didi-Huberman e de Jacques Rancière tenham atingido a argumentação de Lucien Febvre em pontos bastante delicados e virtualmente indefensáveis, acreditamos ser necessárias algumas considerações no intuito de nuançar as críticas de modo a um melhor aproveitamento das mesmas. Para tanto, utilizaremos como exemplo três imagens conhecidas por seu dito “anacronismo”.

Na Figura 1, em uma ilustração do incunábulo *Crônica de Nuremberg* (1493), vemos o filósofo grego Aristóteles trajando roupas típicas de um escolástico do século XV – trajes inexistentes em Atenas durante a época na qual o filósofo viveu.

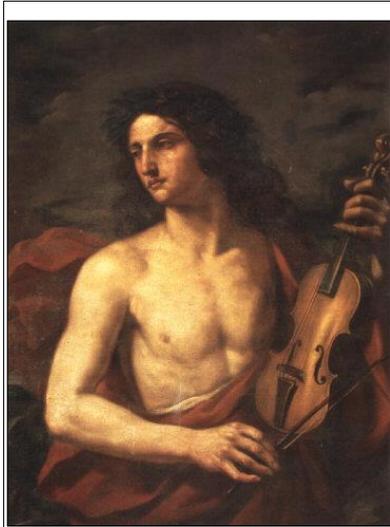
Figura 1



Figura 1: Aristóteles (*Crônica de Nuremberg*) – Michael Wolgemut e Wilhelm Pleydenwurff (1493)

Na Figura 2, uma tela do pintor barroco Cesare Gennari (1637-1688) mostra a Orfeu, lendário poeta e músico da mitologia grega, segurando um violino, instrumento musical inventado apenas no século XVI.

Figura 2



*Figura 2: Orfeu tocando o violino – Cesare Gennari (século XVII)*

Na Figura III, em uma tela de começos do século XVI anteriormente atribuída ao pintor holandês Lucas van Leyden e agora tida como de autoria anônima, vemos retratada a cena bíblica na qual Ló e suas filhas fogem da destruição de Sodoma. O evento da mitologia cristã é relatado no Gênesis (portanto teria ocorrido antes do nascimento de Cristo), mas Sodoma é retratada como uma típica cidade holandesa do século XVI.

Figura 3

Figura 3: *Ló e suas filhas* -- Anônimo (c. 1520)

É inegável que as imagens mostradas acima contêm em si mesmas vários tempos mesclados, temporalidades múltiplas. Imagens que, por isso mesmo, podem desvelar pontos obscuros de sua época, ofuscados pelas luzes mais fortes que cegam e não deixam perceber as especificidades daquilo que é contemporâneo (AGAMBEN, 2008). Ao misturar tempos e personagens, essas imagens são reveladoras da época em que foram produzidas. Podem ensinar muito tanto ao historiador da arte quanto ao historiador que trabalha com outras temáticas, como também iluminam pontos como as expectativas dos autores sobre eventos e pessoas, as interpretações variadas sobre fatos, processos e lendas, e ainda como se desejava transmitir determinada informação.

Contudo, também são passíveis de serem objeto das críticas que elencamos acima, por conterem óbvios erros históricos: Aristóteles não poderia ter vestido trajes escolásticos medievais na Atenas da época clássica; o mito de Orfeu não faz referência a nenhum violino (e nem poderia fazê-lo, já que o instrumento sequer existia quando da criação do mito); e Sodoma, uma cidade supostamente tão antiga e situada nas imediações do Mar Morto e do Rio Jordão (atuais Israel,

Palestina e Jordânia) não poderia se parecer a uma cidade holandesa do século XVI.

Nesse sentido, como definir essas imagens, essas “representações”? Equivocadas por conterem esses erros? Anacrônicas por inadvertidamente misturarem elementos de diferentes épocas e temporalidades? É uma pergunta que pode ser respondida de diversas maneiras.

### **Considerações finais**

Pode-se representar o passado (inclusive o mítico) de muitas maneiras. Contudo, de acordo com o neerlandês Franklin Rudolf Ankersmit, toda escrita histórica possui um objetivo duplo: “[...] dizer a verdade sobre o passado e alcançar uma representação narrativa específica do passado” (ANKERSMIT, 2000, p. 156). Nesse sentido, a representação histórica teria por escopo dar sentido ao mundo pretérito que foi transformado pela ação do tempo, transformando a experiência do tempo em coerência narrativa, uma vez que unidade e coesão “não são propriedades do passado, mas da narrativa histórica proposta para a interpretação do passado” (ANKERSMIT, 2012a, p. 58). Assim, a representação histórica, em um certo sentido, faria presente o que está ausente, superando e preenchendo a lacuna existente entre a realidade e o passado. O texto histórico seria uma representação do passado, compensando sua ausência. E, assim, a representação histórica seria uma espécie de “elo” entre o que foi e o que deve ter sido (ANKERSMIT, 2012b, p. 223). Entretanto, salienta Ankersmit, não se deve confundir o passado com sua representação, que é uma apenas maneira de se enxergar alguns de seus aspectos (ANKERSMIT, 2012b, p. 190).

Sem embargo, na busca por uma representação adequada do passado existem representações melhores ou piores, de acordo com os fins almejados, com as técnicas empregadas, com as fontes utilizadas etc. Porém, ainda que o famoso dito do historiador Leopold von Ranke (1888-1888), de “contar as coisas tal como aconteceram” já tenha sido exaustivamente criticado tanto por historiadores quanto por estudiosos de outras áreas, isso de maneira alguma significa que a história e a escrita da história possam ou devam ser campos onde vigorem uma espécie de vale-tudo epistemológico, conceitual e analítico.

Aliás, nem na história e nem em nenhuma outra área. Dificilmente um crítico literário seria levado a sério se afirmasse que a temática principal dos trovadores galego-portugueses era a “sensação de vazio existencial acentuada pelo capitalismo neoliberal da sociedade ocidental pós-moderna”, ou que a *Ilíada* e a *Odisseia*, os dois poemas épicos atribuídos ao lendário poeta grego

ARAÚJO, George Zeidan. **ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DO ANACRONISMO NA HISTÓRIA.**

Homero apresentam “traços típicos dos romances de cavalaria medievais”. Não diríamos, de bom grado, que esse fictício crítico literário estava sendo... *anacrônico*?

À semelhança de outras disciplinas que exigem interpretação, fazer história é tarefa complexa, como mostra a própria falta de acordo com respeito à conceitualização e uso de um termo tão importante quanto “anacronismo”. Mas as nuances, as imprecisões, as infundáveis discussões sobre o que passou, como interpretá-lo e como contá-lo são partes inseparáveis do conhecimento histórico e da escrita da história. E estamos certos de que em vez de diminuir, esses fatores contribuem para ressaltar os encantos e as belezas da disciplina.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Henry. A law of acceleration. In: **The education of Henry Adams**. Nova York: Icon Classics, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ANKERSMIT, F.R. O uso da linguagem na escrita da história. In: **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012a.

ANKERSMIT, F.R. Representação e referência. In: **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012b.

ANKERSMIT, F.R. Representation as the Representation of Experience. In: **Metaphilosophy**. Vol 31, n°s. 1/2, January 2000, p. 148-168.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

DIDI-HEBERMAN, Georges. **Ante el tiempo: Historia del arte y anacronismo de las imágenes**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2011.

FEBVRE, Lucien. **Le problème de l’incroyance au XVI siècle: La religion de Rabelais**. Paris: Éditions Albin Michel, 1947.

FERRARO, Rafael. **Einstein’s space-time: an introduction to special and general relativity**. Nova York: Springer, 2007.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. Bauru: EDUSC, 1998.

HUNT, Lynn. **Measuring Time, Making History**. Budapeste: Central European University Press, 2008.

ARAÚJO, George Zeidan. **ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO DO ANACRONISMO NA HISTÓRIA.**

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. In: **História da Historiografia n°4**, Ouro Preto, 2010, p. 105-124.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert (comps.). **A Greek-English Lexicon.** Londres: Oxford English Press, 1996.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. Introdução: Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda, PEREIRA, Mateus Henrique De Faria Pereira, MATA, Sérgio da (orgs.). **Tempo presente & usos do passado.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo.** Chapecó: Argos, 2011.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico: a Contribuição de Febvre, Bloch e Braudel.** São Paulo: Ática, 1994.

Recebido em 24/12/2023

Aprovado em 01/02/2024